

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 683.628 - MS (2015/0059300-5)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : LEILA BARROS RAMIRES
AGRAVANTE : ALDO AMBROSIO PIEREZAN
ADVOGADO : EVELYN PIEREZAN CHARRO E OUTRO(S) - MS010080
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : ROGERIO ALTOBELLI ANTUNES E OUTRO(S) - SP172265
INTERES. : POSTO DEL REI LTDA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO MONITÓRIA. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CITAÇÃO EDITALÍCIA. DECLARAÇÃO DE NULIDADE. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DO PREJUÍZO. NÃO OCORRÊNCIA. PRECEDENTES DESTA CORTE. SÚMULA Nº 568 DO STJ. REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

DECISÃO

Os autos noticiam que a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF interpôs agravo de instrumento contra decisão proferida nos autos da ação monitória proposta contra LEILA BARROS RAMIRES e ALDO AMBROSIO PIEREZAN (LEILA e ALDO), que, em sede de impugnação ao cumprimento de sentença, acolheu a exceção de pré-executividade para declarar nula a citação editalícia dos executados.

O agravo de instrumento foi provido pelo Tribunal de origem, nos termos da seguinte ementa

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO MONITÓRIA. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CITAÇÃO EDITALÍCIA. ART 231 DO CPC, ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS PARA LOCALIZAR OS RÉUS. NULIDADE AFASTADA.

1. Consoante o disposto no art. 231 do CPC, em se tratando de réu certo e determinado, a citação editalícia somente poderá ser realizada caso tenha sido demonstrado o esgotamento de todos os meios possíveis no intento de localizar o demandado.

2. Ainda que não demonstrado o esgotamento das diligências para encontrar os réus, efetivada a citação por edital, nomeado curador especial aos demandados, nos termos do art. 9º do CPC - que, inclusive, obteve êxito na defesa apresentada -, e não

comprovado qualquer prejuízo decorrente dessa citação editalícia, forçoso concluir que, em prol do princípio da pas de nullité sans grief, mostra-se despicienda - e mesmo contrária aos fins da Justiça – qualquer declaração de nulidade, já que garantida a dimensão substancial do contraditório, qual seja, a ampla defesa. Precedente do STJ.

3. Agravo de instrumento provido (e-STJ fl. 450).

Os embargos de declaração opostos por LEILA foram rejeitados (e-STJ, fls. 468/472).

Inconformada, LEILA interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, alegando, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 214, 231 e 232 do CPC/73, sob argumento de que a citação editalícia somente deve ocorrer após frustradas as diligências necessárias para a intimação pessoal do devedor, concluindo pela nulidade da citação (e-STJ, fls. 474/496).

Contrarrazões do recurso especial (e-STJ fls. 509/511).

O apelo nobre não foi admitido na origem em virtude da incidência da Súmula nº 7 do STJ.

Nas razões do agravo em recurso especial, LEILA sustentou que não incide o óbice sumular pois não pretende o reexame de provas, mas a análise da matéria de direito invocada.

Sem contraminuta do agravo em recurso especial (e-STJ fls. 525).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade do recurso, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9.3.2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

O Tribunal de origem concluiu pela validade da citação editalícia diante dos seguintes fundamentos

No caso em apreço, a autora não demonstrou o esgotamento das

diligências para encontrar os réus, uma vez que deferido pelo Juízo o pedido de citação por meio de edital logo após a tentativa frustrada de cumprimento do ato processual por mandado citatório no endereço da pessoa jurídica demandada, onde a empresa e seus representantes, também integrantes do feito, não foram localizados, consoante certificado às fls. 40/43 verso.

Não obstante, a análise dos autos demonstra que, após a efetivação da citação por edital e diante da ausência de apresentação de defesa pelos réus, o MM. Juízo nomeou-lhes curador especial, nos termos do art. 9º, inc. II, do Código de Processo Civil, o qual, inclusive, obteve êxito na defesa dos demandados, já que julgados parcialmente procedentes os embargos à monitoria para reconhecer a nulidade de algumas cláusulas do contrato em que se funda o feito originário (fls. 128/132).

Desse modo, e considerando que na exceção de pré-executividade apresentada pelos agravados, os excipientes limitaram-se a arguir a nulidade da citação, sem, contudo, indicar qualquer prejuízo dela decorrente, forçoso concluir que, em prol do princípio da pas de nullité sans grief, mostra-se despicienda - e mesmo contrária aos fins da Justiça - qualquer declaração de nulidade, já que garantida a dimensão substancial do contraditório, qual seja, a ampla defesa (e-STJ, fl. 447).

A respeito do tema, esta Corte tem o entendimento de que não deve ser decretada a nulidade sem a demonstração do prejuízo, estando o acórdão recorrido nesse sentido.

Confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA. CITAÇÃO POR EDITAL. AUSÊNCIA DE NOMEAÇÃO DE CURADOR ESPECIAL A ALGUNS RÉUS REVÉIS. JULGAMENTO DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. RECONHECIMENTO DE NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. IMPOSSIBILIDADE.

1. O reconhecimento da nulidade de atos processuais exige efetiva demonstração de prejuízo suportado pela parte interessada, em respeito ao princípio da instrumentalidade das formas (pas de nullité sans grief).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no REsp n. 1.669.058/TO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, j. 3/4/2018, DJe 11/4/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL.

NULIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O reconhecimento da nulidade de atos processuais exige efetiva demonstração de prejuízo suportado pela parte interessada, em respeito ao princípio da instrumentalidade das formas (pas de nullité sans grief). Precedentes.

2. Cabe à parte, na primeira oportunidade que tiver nos autos, alegar a nulidade absoluta, sob pena de preclusão.

3. Agravo regimental ao qual se nega provimento.

(AgRg no AgRg no AREsp n. 4.236/GO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, j. 25/2/2014, DJe 2/4/2014)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. CITAÇÃO POR EDITAL. VALIDADE. REEXAME DE PROVA. INVIABILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 7/STJ. DECLARAÇÃO DE NULIDADE. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DO PREJUÍZO. NÃO OCORRÊNCIA. ARREMATACÃO. PREÇO VIL. NÃO OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULAS N.º 7.

1. Inexistência de maltrato ao art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido, ainda que de forma sucinta, aprecia com clareza as questões essenciais ao julgamento da lide.

2. Rever as conclusões do acórdão recorrido acerca da validade da citação por edital e da existência de prejuízo à defesa demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula n.º 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. A declaração da nulidade dos atos processuais depende da demonstração da existência de prejuízo à parte interessada (pas de nullité sans grief).

[...]

6. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(AgRg no REsp n. 1.525.471/MS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, j. 1/10/2015, DJe 7/10/2015)

Assim, estando o acórdão recorrido em harmonia com a orientação firmada nesta Corte Superior, incide, na espécie, o óbice previsto na Súmula nº 568 do STJ.

Ademais, rever a questão relacionada à existência de prejuízo para a parte citada por edital demandaria o reexame de provas, inviável em recurso especial, conforme Súmula nº 7 do STJ.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c

art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso especial.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 03 de abril de 2019.

Ministro **MOURA RIBEIRO**

Relator

